



## O SENTIMENTO DE PERTENÇA E A DIFERENCIAÇÃO DO *SELF* DO ADOLESCENTE RURAL NO PROCESSO MIGRATÓRIO

*The feeling of belonging and differentiation of the Self of the rural teen in the migratory process*

Fábio Dos Santos Massena<sup>1</sup>  
Alba Mendonça<sup>2</sup>  
Franciely Sousa Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo estimular conjecturas a respeito da construção identitária do adolescente rural em sua diferenciação de *Self* e sua influência no processo migratório campo/cidade. É fundamental identificar o processo de elaboração do *Self* e sua individuação na vida do adolescente do campo para que o fenômeno do êxodo rural seja compreendido sob o olhar de uma relação do sistema familiar. A pesquisa exploratória foi a base metodológica deste trabalho, sendo realizada por meio de leitura e análise de artigos científicos e outros estudos acadêmicos. Os resultados preliminares indicam que a quebra ou o enfraquecimento nos padrões transgeracionais e a disfuncionalidade das famílias, além de serem responsáveis pela constituição identitária e de elaboração do *Self* dos jovens do campo, podem estar influenciando significativamente o processo de migração do jovem do campo para a cidade.

**Palavras-chave:** sistêmica familiar; psicologia; êxodo rural.

### ABSTRACT

This article aims to stimulate conjecture about the identity construction of rural adolescents in their differentiation of *Self* and their influence on the field / city migratory process. Identifying the process of elaboration of the *Self* and its individuation are fundamental factors to be verified in the life of the rural adolescents, so that the phenomenon of rural exodus can be understood from the perspective of a relationship of the family system. Exploratory research was the

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA). Endereço eletrônico: [fsmassena@uesc.br](mailto:fsmassena@uesc.br)

<sup>2</sup> Psicóloga Sistêmica Familiar. Professora da Faculdade de Ilhéus. Endereço eletrônico: [alba\\_mendonca@hotmail.com](mailto:alba_mendonca@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Engenharia Agrônoma pela UESC. Endereço eletrônico: [franciely.agroo@gmail.com](mailto:franciely.agroo@gmail.com)

methodological basis of this work, being performed through reading and analysis of scientific articles and other academic works. Preliminary results indicate that the breaking or weakening of families' transgenerational patterns and dysfunctionality, besides being responsible for the identity constitution and *self*-elaboration of rural youth, may be significantly influencing the process of migration of rural youth to the city.

**Keywords:** Family Systemic; Psychology; Rural exodus.

## 1. INTRODUÇÃO

O sentimento de pertença pode manifestar-se de diversas maneiras, variando em função do perfil de cada grupo humano, mas, por mais multiforme que seja, é importante que todas as suas formas estejam fundamentadas a partir de uma identidade histórica e/ou geográfica (FREITAS, 2008).

A construção desse sentimento acontece na medida em que os membros da comunidade estabelecem e fortalecem suas interações e relações, construindo, assim, uma história coletiva que será responsável pelo estabelecimento de sua identidade – aspectos que, segundo Freitas (2008), merecem atenção principalmente diante de uma realidade cada vez mais pasteurizada.

A família tem papel preponderante na elaboração do sentimento de pertença, na diferenciação de *Self* do jovem e, conseqüentemente, na construção da sua identidade. Minuchin e Fishman (2003) destacam que a família se desenvolve a partir de duas funções essenciais, o estabelecimento de um sentimento de

pertença ao grupo e a individualização de seus integrantes; ou seja, as pessoas pertencentes a um sistema familiar, mesmo que vinculadas a ele, não deixarão de construir uma identidade própria, que, da mesma forma que a estrutura existente, está em constante evolução.

A diferenciação de *Self*, segundo Bowen (1991), é o processo de individuação concebido através dos ciclos vitais do desenvolvimento, proporcionando uma forma particular no modo de fazer, pensar e sentir. Essa evolução permite compreender o crescimento do indivíduo e revela as possibilidades de diferenciação em relação à sua família núcleo, às pessoas com que convive cotidianamente e à família extensa, com membros familiares da sua geração e de outras gerações familiares.

A família tem a função de oferecer proteção, afeto e regras de convivência que são expressas pelos sistemas de crenças e valores. Esses fatores influenciam significativamente na formação dos seus

filhos, que sofrem inferências também do legado sociocultural e do contexto em que vivem. O jovem rural é influenciado pelos costumes e hábitos da família, mas é o construtor da sua identidade, responsável por assumir seu papel social, pela forma com que se estabelece na sociedade e, conseqüentemente, pela tomada de decisão em relação a permanecer ou sair do campo.

A família, o sentimento de pertença e a diferenciação de *Self* são fatores que influenciam significativamente na forma com que o jovem rural constrói sua identidade, seu papel social, a forma com que se estabelece na sociedade.

Compreender esse sentimento e o processo de migração que ocorre nas comunidades rurais, principalmente por parte dos jovens, foi uma das inquietações que surgiram ao longo de um estudo realizado entre os anos de 2012 e 2015 que tinha como foco medir as condições de sustentabilidade daquelas comunidades. Quando esses questionamentos foram ancorados aos conhecimentos fundamentados na psicologia, as inquietações ganharam estrutura e forma. Ademais, essa área de conhecimento nunca voltou seu olhar para o rural da forma como poderia fazê-lo, tornando essa provocação ainda mais importante.

Leite *et al.* (2013) ressaltam que a psicologia, historicamente, direciona seu olhar e suas ações quase que de forma exclusiva para a população urbana. Referenciais como os de Martins *et al.* (2010) destacam que o robusto arcabouço teórico-científico do curso, que é capaz de possibilitar aos atuais e futuros psicólogos a construção de uma visão sistêmica a respeito da realidade das comunidades rurais e dos seus fenômenos de migração, não os prepara para a compreensão das populações do campo, que possuem um contexto específico em comparação com o urbano. Ao tempo em que Martins *et al.* (2010) ressaltam o importante papel que profissionais de psicologia poderiam desempenhar nas populações rurais, destacam que os acadêmicos do curso de psicologia não têm como foco o contexto rural.

Entende-se que este trabalho se torna relevante quando traz à tona esse debate, uma vez que essas discussões poderão estimular os estudantes de psicologia, inclusive aqueles já formados, a voltar seu olhar acadêmico, científico, técnico e humano para as comunidades rurais, que muito carecem de profissionais dessa área e sofrem por um potencial processo gradativo de extinção. Além disso, espera-se demonstrar aos demais

técnicos/pesquisadores/acadêmicos que já atuam no campo a importância da inclusão dessa forma de ver as relações sociais nas ações já desenvolvidas.

Surge, assim, a questão norteadora deste trabalho: de que forma a migração do jovem rural pode ser entendida e explicada a partir do olhar da psicologia sistêmica familiar? No intuito de responder esse questionamento, buscou-se como objetivo principal analisar a construção identitária do adolescente rural no processo migratório campo/cidade. Visando operacionalizá-lo, estabeleceu-se como objetivos específicos: compreender os fenômenos de migração nas comunidades rurais, discutir a formação identitária do adolescente na contemporaneidade e correlacionar a diferenciação de *Self* com o sentimento de pertença à comunidade.

Este estudo se caracteriza como exploratório, sendo operacionalizado através da leitura analítica de artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos, escolhidos em função de sua relevância para o tema discutido (LAKATOS, 2011).

No contexto exploratório, realizou-se o levantamento bibliográfico, em que foram realizadas pesquisas nas plataformas Google Scholar, Scientific Electronic Library Online, Periódicos Eletrônicos em Psicologia, BVS Psicologia Brasil e Periódicos CAPES.

Os trabalhos utilizados foram selecionados sob duas perspectivas: uma histórica, de contextualização, e outra de fundamentação a respeito de dados atuais, somando mais de 40 entre artigos, livros e trabalhos de pós-graduação. Os dados foram coletados a partir da literatura disponível em função de sua relevância.

Com o recorte realizado na literatura, na busca por explicações a respeito da migração dos jovens do meio rural, foi estabelecido um quadro comparativo com uma das comunidades estudadas por Massena (2015), que avaliou os aspectos sociais, econômicos e ambientais de duas comunidades rurais no município de Ilhéus, na Bahia. A escolha por apenas uma se deu em função da similaridade dos resultados apresentados por elas.

## 2. COMUNIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENÇA

Para Freitas (2008), não se pode pensar em desenvolvimento local sem que

se trabalhe a comunidade, que tem papel fundamental em sua operacionalização e se

sustenta a partir do sentimento de pertença ao lugar e ao grupo. Sua concepção pode ser operacionalizada a partir da ideia de grupo social, desde que tenha algum nível de organização, em que se compartilha um espaço psicológico e físico, comungando crenças, atitudes e valores (GOMES, 1999).

Segundo Spinelli Junior (2006, p. 1), “a palavra comunidade pode ser usada para descrever desde aldeias, clubes e subúrbios até grupos étnicos e nações [...] se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertença à determinada coletividade”. O termo é “polissêmico e tem-se caracterizado por fornecer amplas e diversificadas possibilidades de problematização”. As diversas áreas de conhecimento têm-se debruçado sobre esse tema, buscando conceituá-lo a partir de suas perspectivas específicas (SCARPARO; GUARESCHI, 2007, p. 102).

Weber (2005) estabelece que uma comunidade pode ser definida a partir das relações sociais estabelecidas e que serão norteadoras das ações de seus habitantes. Para o autor, ainda, essa concepção se fundamenta em um aspecto de solidariedade, que inclui as emoções e as tradições.

Pensar em comunidade, portanto, é ultrapassar as fronteiras geográficas, compreendendo-a como uma entidade

simbólica, alimentada por seus valores e códigos de conduta (SPINELLI JUNIOR, 2006). Nesse contexto, a psicologia sócio-histórica “[...] reconhece que a necessidade de pertencimento social é uma condição humana universal, pela qual todos os grupos e indivíduos lutam incessantemente, ao mesmo tempo em que sofrem quando não conseguem essa inserção” (TAVARES, 2014, p. 193).

Na relação do indivíduo com o ambiente, a resposta poderá ser de um vínculo apenas estético, de prazer superficial e temporário, até aquele mais profundo, por ser o local em que se constroem memórias, onde se vive (lar) e até se retira o sustento para a sobrevivência. “A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo” (TUAN, 1980, p. 107).

A sobrevivência de uma comunidade está intimamente relacionada à memória coletiva construída por ela e que deve ser constantemente reforçada, uma vez que é responsável pela manutenção da identidade, do orgulho e do sentimento de pertença ao lugar. Para isso, a identidade geográfica e histórica deve ser mantida, pois, com o tempo, se não for reforçada,

tende a extinção ou completa descaracterização, tendo consequências gravíssimas para os jovens, que se distanciarão de suas origens (FREITAS, 2008).

A partir das colocações de Le Bourlegat (2000), é possível afirmar que o sentimento de pertença pode manifestar-se de diversas formas, a depender do perfil da comunidade estudada. No entanto, independentemente do tipo de manifestação, é fundamental que a identidade histórica e geográfica seja sempre resgatada para que não se perca, constructo fundamental diante de uma realidade cada vez mais pasteurizada (FREITAS, 2008).

Sob a ótica da pasteurização como um fator de enfraquecimento do sentimento de pertença e identificação com o local, é importante que se busque a manutenção da identidade geográfica e histórica da comunidade, visando o resgate e o fortalecimento de seu passado, que tende a diluir-se e perder-se com o passar do tempo, refletindo nos jovens, que esquecerão ou nem mesmo conhecerão suas origens (FREITAS, 2008).

Tuan (1980) traz ao debate um confronto sobre as impressões diferenciadas que visitantes/turistas e nativos têm de um mesmo local. Para o primeiro grupo, o sentimento que se

constrói em relação ao lugar está muito relacionado à novidade e à superficialidade daquilo que se vê. Para os nativos, no mesmo ambiente, existe uma série de variáveis que são fundamentais para que seu sentimento de pertença seja fortalecido, como a cultura local, seus mitos e conhecimento tradicionais.

Pertença e identidade não se relacionam apenas ao amor em relação ao local, são aspectos que refletirão no desenvolvimento da comunidade, ou seja, “[...] o resultado dos laços territoriais, econômicos e culturais de um determinado espaço geográfico gera um sentimento, que, por sua vez, é de grande relevância ao conceito do desenvolvimento local” (FREITAS, 2008, p. 44).

Compreendendo a importância entre o sentir-se pertencente ao local, o seu desenvolvimento e, até mesmo, sua permanência naquela comunidade, resgata-se a ideia de Freitas (2008, p. 45), que corrobora com o mesmo pensamento, complementando-o, quando argumenta que: “quanto mais forte são tais ligações emocionais, maior será o sentimento de pertencimento dos indivíduos em um grupo ou comunidade. Sentimento [...] indispensável para a solidificação e preservação de um determinado agrupamento de pessoas”.

O sentimento de pertença e a identidade que se estabelece com o local onde se vive são fatores importantes para a permanência do indivíduo na comunidade e, conseqüentemente, com o seu desenvolvimento, pretende-se traçar um

### 3. O FENÔMENO DE MIGRAÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS

Índices de mortalidade, de fecundidade e o processo de migração são fatores que influenciam no tamanho e na composição das comunidades – o último, além dos aspectos já mencionados, é responsável por mudanças estruturais e dinâmicas significativas (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004).

Welti (1997) traz a ideia de que os fluxos de migração podem modificar de maneira substancial os índices de mortalidade e de fecundidade de uma determinada comunidade, uma vez que se trata de um fenômeno de viés social, sendo afetado pela economia local e por suas características socioculturais.

No Brasil, o êxodo rural teve início na década de 1930, quando o fluxo de estrangeiros para o país cessou. Nesse período, muitos agricultores e suas famílias deixaram o campo em busca de melhores condições de vida em função da crise econômica. Ao descreverem esse momento histórico, Cerqueira e Givisiez (2004)

panorama do processo de migração do campo, principalmente do jovem do rural, que é o representante da próxima geração agrícola familiar, classe social de grande importância para a economia do país.

acrescentam que o processo migratório no Brasil ocorreu em função do aumento da ocupação dos espaços das grandes cidades e da abertura e conseqüente ocupação de novas fronteiras agrícolas.

Ao contrário do que se pensa, o processo migratório teve início na região Sudeste, onde o investimento em mecanização e crescimento de capital foi maior. No Nordeste, o êxodo aconteceu de forma mais tardia, assim como o investimento no agronegócio (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004).

O fenômeno de migração, segundo Cerqueira e Givisiez (2004), é fundamentalmente social, sendo determinado por sua realidade econômica, social e cultural e caracterizado pelo movimento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas de um local para outro.

A intensa modernização da agricultura brasileira, ocorrida no final da década de 1970, operacionalizada a partir da Revolução Verde, resultou no

surgimento de políticas públicas para o setor que geraram uma série de benefícios, embora os maiores beneficiários tenham sido os grandes produtores. Esse momento histórico, que foi promissor para grandes latifundiários, deu início a um processo de migração dos pequenos agricultores do campo para a cidade em busca de melhores condições de emprego e renda (FONSECA, 2015).

Santos, Silva e Oliveira (2009) caracterizam o processo de migração rural-urbano como aquele em que as pessoas, os grupos ou até mesmo comunidades se mudam para as cidades, motivados por diversos fatores, o que pode ocorrer de maneira voluntária ou por motivos alheios a sua vontade.

Cerqueira e Givisiez (2004) resgatam importantes dados históricos ao destacarem que os números do êxodo rural no Brasil passaram de 3 milhões, na década de 1940, para mais de 18 milhões na de 1960. Nos anos 1980, esse fluxo diminuiu em proporção, mas ainda continua acontecendo.

Ao se comparar os números a respeito do processo migratório da década de 1940 com os da de 1960, já são projetados resultados preocupantes, pois, em 1940, do total da população do Brasil, apenas 31% residia em áreas urbanas. Já em

1968, esse número aumentou para 78%, causando, assim, um esvaziamento progressivo do rural e, conseqüentemente, impactando a economia agrícola familiar (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Atualizando os resultados mencionados com dados do IBGE de 2000, tem-se mais de 80% da população vivendo em área urbana, com uma projeção de 84% para 2010.

A migração do campo para a cidade resulta em problemas sociais graves tanto no campo quanto na cidade. No primeiro, em função do envelhecimento das comunidades e, no segundo, por causa do desemprego, do subemprego e da aglomeração em favelas, caracterizadas por residências precárias e condições sanitárias inadequadas (FONSECA et al., 2015).

Wanderley (2009) destaca que o êxodo rural é um fenômeno que atinge principalmente os agricultores de pequeno porte, impossibilitando, muitas vezes, sua permanência e a perspectiva de retorno para o campo.

Além disso, o processo migratório atinge a agricultura familiar, impactando a economia local e a família, bem como a própria estrutura do sistema familiar, que é rompido, fazendo com que seus membros busquem a zona urbana em busca de melhores condições de vida (SANTOS;

SILVA; OLIVEIRA, 2009; CASAGRANDE; SOUZA, 2012; FONSECA, 2015).

A agricultura familiar tem sofrido sérios impactos, principalmente em função do novo modelo estabelecido para a produção, pautado na mecanização e no uso intensivo de insumos, o que gera exclusão de agricultores de baixa renda, que não possuem estrutura econômica e nem técnica para adesão ao pacote tecnológico proposto, sofrendo, além de um choque cultural, uma considerável desvantagem comercial em função da baixa produtividade (FONSECA, 2015).

Em um estudo realizado por Vanderlinde (2005) e atualizado por Fonseca (2015), constatou-se que, no Nordeste, o êxodo rural também tem ganhado proporções alarmantes. Essa realidade exige medidas urgentes, não somente com o intuito de cessar esse fenômeno, mas com o de possibilitar melhores condições de vida para quem vive no rural, principalmente com o fortalecimento da agricultura familiar.

O setor agrícola é considerado a base da sociedade e da economia brasileira pela geração de empregos diretos e indiretos e pela produção dos mais variados tipos de alimentos que abastecem, inclusive, o mercado local.

Abramovay *et al.* (1998) realizaram um estudo a respeito dos desafios dos novos padrões sucessórios da juventude rural e destacaram que o futuro das comunidades rurais e, conseqüentemente, da agricultura familiar está em jogo, pois a cadeia sucessória está ameaçada em função do processo de migração.

Autores como Foguesatto *et al.* (2014) destacam a preocupação com a frágil possibilidade de continuidade da agricultura familiar e da importância da sucessão geracional para a manutenção dessa cultura, ao mesmo tempo que ressaltam seu importante papel econômico e social.

Sobre o processo de sucessão geracional, Stropasolas (2006) destaca que é uma contingência que vem enfraquecendo-se e deixando de ser praticada pelas famílias. O rompimento dessa sucessão faz com que as gerações mais idosas deixem de transmitir seus valores, culturas, tradições e poder para os mais jovens.

O não fortalecimento da cultura do rural entre as gerações, associado à entrada do urbano na realidade do campo, pode estimular ainda mais o desinteresse do jovem pela permanência na comunidade, fazendo com que a atividade desenvolvida pelos pais cesse com as limitações que a idade impõe (FOGUESATTO *et al.*, 2014).

Os mesmos autores ressaltam, ainda, que existe uma série de elementos que colaboram para o êxodo dos jovens agricultores. “Entre essas condições, é possível destacar o desinteresse dos jovens em permanecer no campo, não sucedendo seus pais na administração da propriedade, devido a inúmeros fatores sociais aliados aos econômicos esperados nos centros urbanos” ((FOGUESATTO *et al.*, 2014, p. 2).

Segundo Foguesatto *et al.* (2014), os jovens justificam seu desejo em migrar para a cidade em função dos aspectos negativos que o campo oferece, como: a dureza do trabalho na roça, a instabilidade e a baixíssima renda que a função proporciona, a inexistência de opções de lazer, a precariedade de acesso a serviços de saúde e o próprio acesso à comunidade, que é sofrível. Os autores concluem essa afirmação ressaltando que essas mudanças resultam no envelhecimento das comunidades e em uma tendência de grandes latifúndios.

Outro fator que potencializa o êxodo rural nas comunidades rurais é a carente organização política, além da baixíssima mobilização associativa (ABRAMOVAY *et al.*, 1998), fenômeno também identificado por Massena (2015) no seu

estudo em comunidades rurais do sul da Bahia.

O meio rural não é mais aquele espaço onde o agronegócio era a única e exclusiva realidade. Em função da redução das fronteiras entre o campo e a cidade, os jovens são cada vez mais afetados e/ou contaminados pela ideia equivocada de que o rural não oferece o que é necessário para a manutenção daquilo que é estabelecido pela sociedade (DALCIN; TROIAN, 2009).

Em estudo mais contemporâneo sobre o jovem, é possível perceber a mudança nos valores e comportamentos em relação ao passado. Brumer (2006) traz essa observação e a complementa com a ideia de Leccardi, já publicada em 2005, ao destacar que a percepção de tempo tem sido concebida com um caráter mais estreitado, ou seja, o presente e o imediatismo são supervalorizados, e o futuro é tão próximo do presente que nem se assemelha àquele que era planejado em longo prazo. Essa realidade acaba reforçando a errônea percepção de que o campo não poderá oferecer-lhe o desejado – talvez porque o contexto agrícola não permita que os resultados sejam visualizados de forma imediata em função do ciclo produtivo.

Pereira (2004) e Júnior (2007) *apud* Dalcin e Troian (2009) ressaltam que a construção do conhecimento a respeito da

atividade agrícola familiar era efetivada pelo jovem das gerações passadas nas relações sociais, muito mais limitadas que na contemporaneidade. Já para o jovem da atualidade, o estabelecimento de vínculos e das relações socioculturais é consideravelmente mais amplo e diversificado. A juventude, inundada pela diversidade e pelas possibilidades do urbano, acaba não desejando dar continuidade à atividade desenvolvida pela família.

Abramovay *et al.* (1998) ainda destacam que, além do êxodo preocupante, o rural sofre um processo de masculinização, uma vez que as mulheres migram, em sua maioria, por não vislumbrarem um futuro com novas perspectivas. Além disso, identificaram que o campo já não é um local unicamente agrícola, mas um espaço ocupado por pessoas de diversas origens e sem atividades de produção.

Nas últimas duas décadas, os trabalhos desenvolvidos a respeito do processo migratório indicam uma predominante tendência de envolver os jovens, que, em sua maioria, são do sexo feminino. Esses dados demonstram uma realidade preocupante, que é o envelhecimento das comunidades rurais e a sua masculinização. Outro aspecto a ser

considerado, nesse contexto, é a invisibilidade social do jovem do campo (WEISHEIMER, 2013).

Camarano e Abramovay (1999) demonstraram em seus estudos que, na década de 1950, havia mais indivíduos jovens do sexo feminino do que do masculino no meio rural do Brasil. Já na década de 1960, essa proporção ganhou equilíbrio, mas, com o passar dos anos, esse número inverteu-se, e o predomínio passou a ser de homens. Esse processo de masculinização, associado ao seu envelhecimento, é o reflexo mais evidente do declínio do meio rural.

Foguesatto *et al.* (2014) corroboram com a colocação de Camarano e Abramovay (1999) ao resgatarem o trabalho publicado por Ravenstein, em 1980, em que afirma que o rural está transformando-se, gradativamente, em um local masculinizado, envelhecido e com um menor contingente populacional.

Um dado histórico relevante a respeito desse tema é a preocupação da União Europeia, que, em 1992, reformulou sua política agrícola com o objetivo de evitar o êxodo rural, conhecido na França como desertificação do campo. Essa e outras políticas públicas que surgiram nos Estados Unidos e na Europa foram o reflexo da preocupação, do entendimento e do

reconhecimento de que o esvaziamento do rural não deveria ser uma contrapartida do desenvolvimento e do avanço do capitalismo; muito pelo contrário, o que se buscava era o repovoamento do campo pela sua importância para a economia e para a cultura do país (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

O êxodo rural teve seus pontos positivos no passado, uma vez que contribuiu para o crescimento e para o desenvolvimento das cidades do Brasil. No entanto, pensar em um acréscimo de contingente populacional nas áreas urbanas é projetar ainda mais precariedade dos serviços de saúde, educação, trabalho, etc. (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011). De outro lado, tem-se o esvaziamento do campo, uma situação preocupante. Alves, Souza e Marra (2011, p. 83) indicam que, pelo Censo Agropecuário de 2006, “[...] dos 191 milhões de brasileiros, apenas 29,8 milhões estão no meio rural [...]. Grande parte dos rurícolas se concentra no Nordeste, 14,3 milhões, 47,8% de todos eles”.

A temática a respeito da migração com foco no jovem do campo recebeu atenção de uma quantidade significativa de cientistas no Brasil. Schneider (1994), por exemplo, realizou um estudo a respeito do êxodo, do envelhecimento da população do

campo, destacando as possibilidades de estratégias para a exploração na sucessão agrícola. Carneiro (1998) fez um paralelo entre o modelo do campo e do urbano e a construção desse imaginário no jovem rural, e Abramovay *et al.* (2001) elaboraram uma série de estudos relacionados aos desafios da agricultura familiar e, conseqüentemente da sucessão profissional, focando, inclusive, na juventude rural brasileira.

Lima *et al.* (2013) ressaltam que outros autores também deram atenção a essa temática, como Galizoni (2002), Castro e Aquino (2008), Castro e Andrade (2009), Silva e Andrade (2009), Lisboa (2008), Brumer (2007, 2008), Carvalho *et al.* (2009), Castro *et al.* (2009), Neves (2009), entre outros.

Em função da importância do campo para a cidade, é necessário que os olhares se voltem para o fenômeno de migração do jovem rural, de modo que seja possível compreendê-lo de forma mais clara e que propostas de manutenção do jovem no campo sejam elaboradas de maneira mais eficaz (LIMA *et al.*, 2013). No entanto, Castro (2009) resalta que o jovem do campo ainda é pouco estudado, principalmente por compor uma parcela muito pequena em relação à que vive nas áreas urbanas, cerca de 4,5% do total. Com isso, a autora busca demonstrar que a falta

de interesse por essa temática reflete na invisibilidade desse grupo, na elaboração do seu papel social. Esses fatores podem contribuir significativamente para o processo migratório: em um estudo realizado por Castro *et al.* (2009), por exemplo, corroborou-se a relação existente entre a invisibilidade e a migração da juventude rural, ou seja, os autores verificaram que o êxodo desse grupo era o reflexo da falta de um posicionamento na família e na sociedade.

Silvestro *et al.* (2001), por sua vez, atribuem à juventude do campo o importante papel de manutenção da cultura da agricultura familiar e da disseminação da vida no campo. Esses autores ressaltam

que a manutenção dessa realidade se torna um desafio cada vez mais complicado e complexo em função da desvalorização do trabalhador rural e, principalmente, das oportunidades e do estilo de vida que a cidade oferece.

Nesse debate, surge o questionamento que povoa os pensamentos daqueles que vivem no campo: “ficar ou sair?”. A respeito dessa dúvida que perpassa o jovem, Lopes e Carvalho (2017) resgatam as colocações de Castro (2005), que diz que a migração do jovem é um grave problema, mas que a saída pode ser importante para que a cultura da agricultura familiar receba a devida atenção.

#### 4. DIFERENCIAÇÃO DO *SELF* DO JOVEM RURAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS

O fenômeno migratório dos jovens rurais do campo para o meio urbano também pode ser compreendido a partir da concepção da construção identitária, em que, segundo Erikson (1968) e Papalia (2010), os jovens são convocados a solucionar três questões importantes, sendo elas: quais são os valores nos quais irá se alicerçar; qual a identidade sexual que irá nortear seu desenvolvimento; e quais serão os rumos que seguirá profissionalmente. Essas decisões podem levar o adolescente a um confronto entre crise

*versus* confusão de identidade, de modo a tornar-se um adulto singular, com uma percepção coerente do *Self* e com um papel valorizado na vida adulta.

De acordo com Erikson (1968) *apud* Papalia (2010), uma concepção coerente de *Self*, composta de metas, valores e crenças com os quais a pessoa está solidamente comprometida, inclui uma síntese de identificações anteriores no convívio dos seus cuidadores e nas experiências e vivências

sofridas na infância até a juventude, de modo a formar uma nova estrutura psicológica.

Para Kalina (1999), a adolescência é um período de intensas transformações para o indivíduo, um fenômeno biopsicossocial em que o corpo muda e a imagem corporal vai sendo definida, bem como sua personalidade. “Ela corresponde a um período de descobertas dos próprios limites, de questionamentos dos valores e das normas familiares e de intensa adesão aos valores e normas do grupo de amigos” (KALINA *apud* PRATTA; SANTOS, 2007, p. 252).

Pensamentos imaturos, distorção de imagem corporal, sentimento de pertencer a um grupo, indecisões sobre a identidade sexual, comportamentos de risco, afastamento dos sistemas de crenças familiares e das relações familiares, entre outros, são comportamentos significativos na busca pelo ideal e no processo de individualização. Guimarães (2014) salienta que, nos estudos de Bowen (1991), a saúde mental do indivíduo está associada ao grau de diferenciação que ele é capaz de estabelecer em relação a sua própria família e que a dificuldade de diferenciar pode ser transmitida de uma geração a outra, evidenciando o quanto se faz necessário entender o indivíduo pelas suas relações intrapsíquicas e familiares.

A partir desse olhar para a família e para os processos afetivos relacionais, foram criados conceitos importantíssimos na teoria boweniana, como: massa indiferenciada do ego, diferenciação de *Self*, processo de projeção familiar, processo de transmissão multigeracional, entre outros. A definição de massa indiferenciada do ego, por Martins, Rabinovich e Silva (2008) e Guimarães (2014), significa uma fusão ou aglutinação, termo utilizado por Minuchin (1982, p. 60) para se referir a “um estilo transacional caracterizado por um sentimento de pertencimento que requer uma máxima renúncia de autonomia”. As autoras acima citadas ainda acreditam que todas as crianças que nascem aglutinadas e indiferenciadas em relação à família ao longo de seus ciclos de desenvolvimento humano terão grandes desafios no processo de construção do *Self*.

Guimarães (2014) retoma as ideias de Bowen (1991) quando destaca que os membros que compõem uma família experimentam o sentido de diferenciação ou individualização e de pertencimento. Para Guimarães (p. 55) “pertencer significa a garantia de que o indivíduo tem de fazer parte de uma determinada família com crenças, valores, mitos, preconceitos e

regras próprias, que formam sua identidade familiar”.

A diferenciação do indivíduo está intimamente relacionada ao seu processo de singularidade, que se reflete na vida de cada membro do sistema familiar. Nessa constituição, é importante que haja respeito às transformações de cada um. Bowen define diferenciação como “[...] uma força vital instintiva do ser humano que impulsiona o desenvolvimento da criança ao crescimento, a fim de que possa tornar-se uma pessoa emocionalmente independente, um indivíduo com capacidade de pensar, sentir e agir por si mesmo” (BOWEN, 1991 *apud* GUIMARÃES, 2014, p. 55)

O nível de independência emocional que o indivíduo estabelece em relação a sua família núcleo ressonará na diferenciação processada por ele, ou seja, quando, em seu processo de desenvolvimento, não há um estímulo à individuação emocional, o vínculo estabelecido entre seus membros é estreitado a ponto de limitar a elaboração de sua subjetividade e resultará em um sujeito com limitações para pensar, agir e sentir por si próprio (GUIMARÃES, 2014).

Guimarães (2014) ainda destaca que, quando a independência emocional do sujeito é estimulada e acontece de forma saudável, quando sua autoimagem não é construída como reflexo das necessidades e ansiedades dos outros, e vice-versa, entende-se que o seu *Self* está sendo constituído de forma satisfatória. Essa configuração, associada à transmissão sólida de valores, crenças e convicções, reverberará em uma criança que “cresce para ser parte da família, ainda que separada dela” (GUIMARÃES, 2014, p. 58).

O jovem rural tanto poderá aumentar o sentimento de pertença para com a família e perder nos processos de diferenciação quanto poderá diferenciar-se dos cuidadores e ganhar em autonomia e liberdade. Nesse contexto, o sentimento de pertencer promove uma relação de dependência emocional em relação aos familiares para fazer valer as tradições que são correspondentes às expectativas e representações sociais. Espera-se dos membros familiares uma continuidade de saberes e fazeres que são identificados pelo legado de cada família e, ao mesmo tempo, o processo de individuação requer uma cisão do *modus operandi* do funcionamento do indivíduo, de ser, fazer, pensar e sentir, tornando-o um ser autêntico, autônomo e livre.

A conceituação de diferenciação ocorre sob dois prismas distintos, mas inter-relacionados. O primeiro se apresenta sob um aspecto intrapsíquico, que está relacionado à capacidade de autorregulação do indivíduo, ou seja, a capacidade de diferenciar sentimentos de pensamentos, direcionando-se para um sistema intelectual ou emocional. O segundo se dá em um nível interpessoal, responsável pela manutenção da autonomia, mesmo diante da sua relação emocional com os outros (NEVES, 2011).

É esperado que, durante o processo de diferenciação, o indivíduo elabore seu *Self* separado da sua família, ainda que seus laços sejam mantidos com ela. Essa separação é necessária para que ele seja capaz de diferenciar-se emocionalmente, sem o rompimento dos seus vínculos com a família. O jovem que apresenta dificuldades no processo de diferenciação pode ficar fundido ou distanciar-se completamente daqueles significativos de seu grupo familiar. Aqueles que elaboram essa diferenciação de forma exitosa tenderão a diferenciar-se emocionalmente do seu núcleo sem o rompimento de vínculos significativos (NEVES, 2011; KERR, 1988).

A nova concepção familiar que começou a estruturar-se refletiu-se em um

sistema mais igualitário, em que homens e mulheres buscam o mercado de trabalho, dividem as tarefas domésticas e se responsabilizam pela criação dos filhos (PRATTA; SANTOS, 2007). A relação entre pais e filhos já não se caracteriza pelo autoritarismo, mas, sim, pelo estilo autorizante, em que os pais estimulam a independência e a individualidade dos filhos e dão explicações sobre as regras estabelecidas na família. Em relação a essa mudança, Caldana (1998) destaca que a nova forma de condução da educação dos filhos, com poucas regras e sem uma direção disciplinar mínima, pode dar-se em função de duas variáveis: a primeira devido a uma deficiência que possa integrar o estabelecimento de uma prática coerente e padronizada tanto intrafamiliar quanto entre famílias; a segunda pode estar relacionada a uma mudança no padrão familiar, resultado de um processo de alteração social e econômica, influenciando no sistema de valores familiar.

Pratta e Santos (2007) destacam que, mesmo diante de tantas mudanças, a família ainda possui função e importância incalculáveis, sendo uma instituição reconhecida e altamente valorizada por ser o lugar em que seus membros constroem e processam o seu desenvolvimento; ou seja, é nela que acontece o amadurecimento e o

desenvolvimento biopsicossocial dos seus integrantes.

Porém, é possível perceber nas relações familiares o grau de dependência emocional dos filhos em relação à família, o que refletirá na dificuldade do processo de diferenciação. Esse acontecimento é marcado por mais um conceito boweniano chamado “processo de projeção familiar”, caracterizado pela transmissão de imaturidade ou baixo grau de diferenciação dos pais em relação aos filhos. Em famílias aglutinadas ou emaranhadas, as crianças são envolvidas na emoção e na subjetividade dos seus cuidadores, que provocam uma unicidade de sentimentos. Conforme Martins, Rabinovich e Silva (2008, p. 184), “a projeção familiar não é o cuidado, mas sim uma preocupação ansiosa, excessiva e confusa com um ou mais filhos e filhas”.

A família possui importante função social de transmitir a cultura daquele núcleo e da sociedade, seus valores, crenças, normas, ideias e padrões comportamentais, preparando o indivíduo para o exercício da cidadania (PRATTA; SANTOS, 2007). Diante de sua importância e complexidade, a família precisa ser analisada sob a ótica sistêmica, pois, nela, uma série de elementos se inter-relacionam, funcionando de forma organizada, mas não fechada, ou seja, apesar de sua busca pela manutenção e

pelo equilíbrio do sistema, sofre influências externas e internas que geram a necessidade de constante adaptação (NEVES, 2011). Dessa forma, o sistema familiar não é entendido como algo estático; ao contrário, está em permanente processo de adaptação na busca de sua manutenção e continuidade (MINUCHIN; FISHMAN, 2003).

Segundo Kerr (1988), a teoria dos sistemas familiares proposta por Bowen busca a análise e a compreensão mais abrangente e sistemática do funcionamento humano, ou seja, considera os indivíduos e suas redes de relações familiares, analisando essa inter-relação (MAJOR *et al.*, 2014). A compreensão da inter-relação entre indivíduo e as relações familiares perpassa outro conceito de Bowen, chamado de “processo de transmissão multigeracional”, que significa a repetição de padrões comportamentais intergeracionais, que pode perdurar e resultar tanto em graus mais altos quanto mais baixos de diferenciação (GUIMARÃES, 2014).

Os padrões transgeracionais que se repetem ao longo do desenvolvimento da família no meio rural transmitem o funcionamento e a dinâmica familiar, conduzindo, muitas vezes, a uma justaposição de pensamentos e sentimentos nos saberes e fazeres que dificilmente cada

membro saberá discernir sobre seu próprio posicionamento diante da “lida” na roça. Esses comportamentos são passados de geração a geração, inundados de emoções, sentimentos e valorização identitária familiar, o que lhes dá orgulho e motivação para ser como os seus pais, avós e tataravós. Em contrapartida, as transmissões de comportamento de outras gerações podem causar em muitos jovens rurais a busca por novas práticas e conhecimento, em função de não se identificarem com o modo de viver dos pais e por quererem algo que lhes proporcione outro estilo de vida, de acordo com suas necessidades e realizações.

Mesmo diante de tantas transformações socioculturais e econômicas ao longo da história e que influenciaram a sua estrutura e concepção, a família continua sendo considerada a base do bem-estar e da segurança tanto do jovem quanto de seus

demais integrantes. É nesse sistema em que o desenvolvimento humano fundamentalmente básico acontece, ou seja, a família ainda mantém seu *status* de influenciar e ser responsável pelas fases do desenvolvimento dos seus componentes (PRATTA; SANTOS, 2007).

A complexidade da fase da adolescência propicia condições potencialmente problemáticas e conflituosas no contexto familiar, gerando, segundo Wagner *et al.* (2002), um aumento das disputas e brigas entre pais e filhos, normalmente em função de negociações constantes resultantes de conflitos geracionais. Para Steinberg e Morris (2001), essas relações conflituosas se estabelecem em função do menor tempo de convívio entre os jovens e seus pais e também demonstram o *déficit* das relações afetuosas.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A comunidade rural utilizada como caso empírico para este estudo se encontra localizada na zona sul de Ilhéus, na Bahia, distando em média 34 km do centro urbano, com vias de acesso bastante danificadas, o que dificulta o deslocamento, principalmente em dias de chuva. As residências são precárias, variando de casas mistas com alvenaria e madeira até casas de

pau a pique. Vivem na comunidade 442 pessoas, das quais mais de 60% são indivíduos maiores de 18 anos (desses, a maioria está acima dos 30 anos) e apenas 20% são crianças entre 0 e 10 anos. Mais de 21% dos adultos não são alfabetizados e mais de 60% foi apenas alfabetizado (MASSENA, 2015).

Na comunidade, não há nenhuma oferta de serviços públicos de saúde, segurança, esportes ou lazer – e muito menos coleta de lixo. Os estabelecimentos comerciais se resumem a pequenas mercearias, com produtos tão precários quanto as condições do local.

Tomando como referência o Decreto nº. 8.232/14, Massena (2015) verificou que 18,9% da população se encontra em situação de pobreza (13,5%) e extrema pobreza (4,5%). Uma renda *per capita* máxima de meio salário mínimo caracteriza 68,1% do total das pessoas.

Dados do IBGE (2002) demonstram que, de 1981 a 2001, houve um decréscimo no tamanho das famílias, reduzidas de 4,3 para 3,3 pessoas por domicílio, similar à média do Nordeste. Na comunidade estudada, esse número é ainda menor, apresentando, atualmente, uma média de 2,32 pessoas por família. Um resultado aparentemente normal se torna preocupante quando comparado a uma pesquisa realizada em 1996, por V&S Consultores (1996), na mesma comunidade, e que identificou, na época, 6,23 indivíduos por domicílio; ou seja, de 1996 para 2014, houve uma redução de mais de 60%.

Com base na coleta de dados, que incluiu a observação *in loco*, foi possível afirmar que, na comunidade estudada, não

é o baixo índice de natalidade nem o aumento do nível de mortalidade que explica o decréscimo significativo de pessoas por domicílio, muito menos algum tipo de planejamento familiar, mas, sim, o fenômeno de migração dos jovens (principalmente) para as áreas urbanas.

Pode-se pensar que indivíduos que vivem com uma renda *per capita* baixa, que não possuem condições adequadas (na percepção dos moradores) de transporte, de saúde, de segurança, de lazer, de educação, entre outros fatores, expressariam sentimentos de insatisfação em viver no local; no entanto, os resultados publicados por Massena (2015) demonstram que, em uma escala de 0 a 4, sendo 0 muito insatisfatório e 4 muito satisfatório, os moradores atribuem o índice de 3,34 para o sentimento de prazer em residir na comunidade. Sobre a pretensão de continuar residindo ali, o índice foi de 3,09. Mesmo não havendo nenhum tipo de policiamento ou serviço de segurança no lugar, 2,94 foi o resultado quanto ao sentimento de segurança na comunidade.

Um aspecto percebido nessa comunidade é a inserção da cultura urbana: conforto e modernidade são idealizados, além de outras possibilidades de supostas melhorias, mas que dependem

exclusivamente de ganhos de capital, algo extremamente precário para o contexto.

Sobre o olhar do adolescente, Dalcin e Troian (2009) destacam a significativa diluição entre as fronteiras rural/urbano, o que tem gerado um sentimento de desvalorização, de inferioridade por parte dos jovens, resultando na sua migração para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Brumer (2006) ressalta que, na medida em que se constrói uma imagem negativa, um papel social de inferioridade daqueles que vivem no campo, cresce o desejo em migrar da comunidade. O autor acrescenta a falta de transferência da cultura local dos adultos para os jovens como fator potencializador dessa realidade.

São as tradições familiares que inspiram o jovem a permanecer no campo inicialmente, e é essa prática que lhe possibilitará criar perspectivas exitosas a respeito de sua permanência no campo (CARNEIRO; CASTRO, 2007). Na comunidade estudada por Massena (2015), não foi verificada a preocupação dos mais velhos em transmitir aos jovens a cultura do rural, sua importância e necessidade de perpetuação, realidade que se consolida pela autopercepção dos próprios adultos, pela precariedade existente e pela limitada

perspectiva de que mudanças poderão ocorrer nesse cenário.

Nesse debate, surge a necessidade de se discutir a respeito dos padrões transgeracionais e suas relações, e Bessa, Costa e Torres (2016) ressaltam que a família, além de ter a responsabilidade de promover a educação das crianças, tem a função de socializá-la. Nesse sistema familiar é que são transmitidos os valores sociais e morais, a cultura, os costumes e as tradições, o que norteará as decisões e os comportamentos do jovem ao longo das gerações.

Silvestro *et al.* (2001) chamam a atenção para o fato de que, na agricultura familiar, os jovens devem integrar o processo de trabalho, já sendo introduzidos nas tarefas desenvolvidas pela família no campo. Aos poucos, esses indivíduos vão aprendendo e dominando as técnicas da lavoura ou da pecuária para, posteriormente, assumi-las.

Nessa ótica, entende-se que a família possui um papel indescritível quando se fala em manutenção e fortalecimento de costumes ao longo das gerações. É nela onde acontece a transmissão psíquica que fundamentará sua história, sua herança, bem como os vínculos que serão estabelecidos, possibilitando ao jovem a constituição do

seu *Self* e a decisão sobre se é importante ou não manter a tradição herdada (BESSA; COSTA; TORRES, 2016).

Essa tradição a que se referem (com a permanência do jovem no campo), ou a falta dela (com sua migração), pode gerar, respectivamente, consequências positivas ou negativas, ou seja, pode motivar a permanência do jovem no campo ou estimular sua migração para a cidade. É ainda mais grave quando se trata de pequenas comunidades que possuem em sua composição, basicamente, uma produção agrícola, uma realidade rural pautada na agricultura familiar.

A respeito da relação entre jovem, família e a prática da agricultura familiar, Silvestro *et al.* (2001, p. 28) argumentam que, nesse contexto, “[...] os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho [...]. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento”. Entretanto, esses conhecimentos não significam que os jovens organizam seu futuro com os olhos necessariamente voltados para a propriedade paterna. Se, até o final dos anos 1960, a continuidade na profissão agrícola podia ainda revestir-se do caráter

de uma obrigação moral, hoje, essa pressão deixou de existir.

A continuidade das unidades agrícolas familiares sofre sérias ameaças, uma vez que os jovens já não se envolvem mais com as atividades agrícolas, o que faz com que a nova geração migre para a cidade (COSTA JÚNIOR, 2007).

A heterogeneidade que se instala no campo, aliada à diluição da fronteira entre a cidade e o rural, contamina o jovem no seu processo de estabelecimento de planos e metas para o futuro, uma vez que ele passa a idealizar conquistas do moderno e do urbano em detrimento das atividades agrícolas realizadas pelos pais. Esses fatores afetam a identidade social dos jovens que optam pela saída da comunidade em busca de condições de saúde, emprego, renda e outros aspectos estruturais que não encontram no campo (CARNEIRO; CASTRO, 2007; COSTA JUNIOR, 2007).

Os jovens, prováveis sucessores das atividades desenvolvidas por seus pais no campo, enfrentam um significativo atraso educacional que os leva a abandonar os estudos muitas vezes – e essa realidade gera uma precariedade do seu desempenho como trabalhador rural. Segundo Abramovay (2001, p. 9), “[...] o nível de escolaridade atual compromete o próprio

exercício de cidadania, uma vez que eles não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos, como por exemplo, a obtenção da condição de agricultor através do bloco do produtor”.

Ficar ou sair é uma questão presente na realidade do rural e, principalmente, do jovem. Alves e Dayrell (2015) trazem para o debate a dúvida natural que o adolescente tem a respeito do seu futuro, quando se questiona o que será da sua vida, que profissão seguir e quais caminhos trilhar.

Na adolescência, o jovem se defronta com a necessidade de escolher, seja profissionalmente ou na vida pessoal, onde estabelecerá seu projeto de vida (ALVES; DAYRELL, 2015), que poderá, ou não, estar vinculado à continuação da atividade agrícola.

“Todas as modificações corporais e as expectativas da sociedade com relação ao jovem levam-no a perceber que está vivenciando uma situação nova, a qual muitas vezes é vivida com ansiedade pelo desconhecimento de que rumo tomar” (AMARAL, 2007, p. 4).

O projeto de vida elaborado pelo jovem será fundamentado naquilo que foi aprendido e moldou sua identidade, suas crenças e valores, visando garantir a sua sobrevivência e o seu bem-estar. Daí, em busca das condições para a operacionalização do que foi projetado, o adolescente migrará da comunidade em

que vive, seja para estudar, para trabalhar ou apenas por não desejar a vida no campo (ALVES; DAYRELL, 2015).

Para Alves e Dayrell (2015), a própria migração é um processo complexo, pois não basta apenas sair da comunidade: é preciso possuir condições econômicas mínimas para isso e ser capaz de enfrentar as adversidades que surgirão durante o processo. Retomando o caso utilizado como exemplo empírico, pode-se supor que a situação naquela comunidade é tão precária que, mesmo sem as condições econômicas mínimas para deixá-la, o jovem acaba migrando – talvez por não conseguir vislumbrar uma perspectiva suficiente de sobrevivência ou qualidade de vida no local.

Quanto ao potencial de benefícios que a psicologia poderia trazer para todo esse contexto, pode-se dizer que, mesmo que ela reconheça o urbano como seu principal foco de ação, não se aproximando do rural em suas perspectivas, possui instrumentos e potencialidades para ser uma importante aliada da realidade do campo ou da sua mudança (LOPES; CARVALHO, 2017).

Para Dalcin e Troian (2009), os cursos de psicologia possuem em seu escopo uma base teórica e prática que permite a compreensão das relações

sociais, da cultura, das funções ocupacionais e de outros aspectos vivenciados no campo e, conseqüentemente, podem contribuir

significativamente com mudanças na preocupante realidade da agricultura familiar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento e o crescimento dos grandes negócios agrícolas, denominados agronegócios, é praticamente um paradoxo chamar a atenção para a agricultura familiar. No entanto, é preciso que se discuta a seu respeito, uma vez que é uma atividade que vem há milênios sendo desenvolvida e traz um arcabouço teórico incalculável e que precisa ser mantido.

Segundo o IBGE, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70 a 80% do alimento que está presente na mesa dos brasileiros, respondendo por 35% do PIB do país. Diante desses dados, é impensado que não voltemos nosso olhar para esse setor e, por isso, é importante discutir o êxodo rural do jovem do campo, que é considerado, discutido e estudado com muita frequência e está presente em uma infinidade de livros e artigos, embora ainda sejam poucos aqueles que buscam uma explicação mais completa sobre a migração do jovem do campo para o urbano, muito menos sob o viés psicológico e de seus sistemas familiares.

Nessa ótica, é possível conjecturar que a migração do jovem do campo para a cidade é uma realidade influenciada por uma infinidade de fatores, alguns bastante conhecidos, inclusive da população em geral. Outros, por sua vez, estão voltados para as relações intrapsíquicas e para seus processos de necessidades, desejos, realizações, medos e fantasias. No entanto, pouca atenção tem sido dada a aspectos ainda mais complexos e que, hipoteticamente, estão intimamente correlacionados com esse fenômeno, as relações familiares existentes.

Nesse sentido, percebe-se que as novas configurações e relações familiares têm afetado a dinâmica e o funcionamento da vida rural, provocando modificações e rupturas em diversas famílias e reverberando nos processos educacionais dos valores, costumes, hábitos e tradições familiares. A desorganização dos padrões transgeracionais pode influenciar a tomada de decisão do jovem em permanecer ou sair do campo, assim como convida a família a refletir sobre uma nova concepção de viver

na zona rural com qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial.

Quando o jovem não consegue estabelecer um vínculo com os costumes e tradições de sua família de origem, torna-se ainda mais complicado pensar que ele volte seu olhar para aquele grupo ao longo das gerações, ou seja, que modificará o processo de transmissão multigeracional e, conseqüentemente, a sua decisão em manter, ou não, a tradição herdada.

A psicologia pode contribuir na ressignificação cultural da agricultura familiar, essa fundamental atividade laboral que movimenta o país e carece de muita atenção. As diversas abordagens teóricas podem contribuir significativamente com aqueles que vivem no campo, mas se entende que a sistêmica familiar possui técnicas, conhecimentos e manejos com potencial favorável para tornar as relações familiares mais funcionais, saudáveis e assertivas.

A afirmação de que a sistêmica familiar possui instrumentos relevantes para contribuir com a mitigação da realidade que se apresenta no campo pode ser alicerçada por Carvalho e Silva (2011), que descrevem que ela se estrutura com o intuito de: descrever e explicar a dinâmica,

os processos e as mudanças familiares; permitir a descrição da complexidade emocional e das estruturas interpessoais dentro do sistema; compreender a correlação entre o indivíduo e sua cultura; descrever o processo de diferenciação e individuação dos componentes da família; e possibilitar a identificação das causas da disfunção no sistema, ao mesmo tempo que disponibiliza estratégias terapêuticas pós-modernas, que solicitam do jovem e de seus membros familiares a redefinição do significado do trabalhador rural com elementos da identidade familiar e a expressão de sua singularidade, autenticidade, autonomia e liberdade.

Diante da realidade de um processo migratório significativo que se apresenta na agricultura familiar, principalmente em pequenas comunidades rurais, acredita-se que lançar mão dos instrumentos disponibilizados pela sistêmica familiar pode significar ao menos uma compreensão mais profunda desse fenômeno, que, no futuro, poderá resultar na extinção ou na completa modificação de um sistema de produção, de uma relação de trabalho específica e pertencente ao nosso país.

## 7. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Agricultura familiar e Sucessão Profissional**: Novos /Desafios. Brasília: NEAD/MDA, 2001.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, abr./maio/jun., 2011.
- ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375-390, jun. 2015.
- AMARAL, V. L. **Psicologia da educação**. Natal-RN: EDUFRN, 2007.
- BESSA, C. O.; COSTA, C. A.; TORRES, M. S. O segredo e sua força transgeracional em uma família. **Psicologia.pt**, Portugal, 2016.
- BOWEN, Murray. **De la familia al individuo**: la diferenciación del si em mismo em el sistema familiar. Buenos Aires: Paidós, 1991.
- BRUMER, A. A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade. In: **Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, VII, 20-24 de novembro de 2006. Quito, Equador. Anais...
- CALDANA, R. H. L. A criança e sua educação no início do século: autoridade, limites e cotidiano. **Temas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 87-103, 1998.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. IPEA, Texto para Discussão nº 621, 1999.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). **Mundo rural e política**. Ensaio Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARVALHAL, P. N. M.; SILVA, C. P. F. Terapia familiar sistêmica: uma breve introdução ao tema. **Psicologia.pt**, Portugal, 2011.
- CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E. B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 2 – 27, jan./jun. 2012.
- CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino-americana de Ciências Sociais**, Niñez y Juventud, n. 7, v. 1, p. 179-208, 2009.
- CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora?** A juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X., Seropédica, EDUR, 2009.
- CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: Eduardo Luiz G. Rios-Neto; Juliana de Lucena Ruas-Riani. (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

- COSTA JÚNIOR, H. P. **Estudo da participação e permanência dos Jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2007.
- DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: **I Seminário Nacional Sociologia & Política** (“Sociedade e Política em Tempos de Incerteza”), UFPR (2009).
- ERIKSON, E. H. **Identity: Youth and crisi.** New York: Norton, 1968
- FOGUESATTO, C. R. et al. A sucessão geracional na agricultura familiar sob a óptica dos jovens migrantes. In: **7º Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre, 15 a 16 de maio de 2014.
- FONSECA, W. L. Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, abr. 2015.
- FREITAS, C. G. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul.** Acre/ César Gomes de Freitas. Campo Grande, MS: [s.n.], 2008.
- GOMES, A. M. A. Psicologia comunitária: uma abordagem conceitual. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 1, n. 2, p. 71-79, 1999.
- GUIMARÃES, N. V. **Autoridade e autonomia em tempos líquidos: a teoria sistêmica na contemporaneidade.** Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2014.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo da população, 2000. Disponível em: [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 22 abr. 2018.
- KERR, M. E. Chronic anxiety and defining self. **The Atlantic Monthly**, n. 9, p. 35-58, 1988.
- LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** São Paulo: Atlas, 2011.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações.** Campo Grande, v. 01, n. 01, p. 13-20, set. 2000.
- LEITE, et al. A formação em Psicologia para a atuação. In: **Psicologia e contextos rurais.** Natal: UFRN, 2013.
- LIMA, S. M. V. et al. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural.** Brasília: MDA, 2013.
- LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, 2017.
- MAJOR et al. Inventário de diferenciação do Self. In: **Avaliação familiar: funcionamento e intervenção.** RELVAS, A. P.; MAJOR, S. Portugal: Universidade de Coimbra, 2014.
- MARTINS, A. M. et al. A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 83-98, abr. 2010.
- MARTINS, E. M. A.; RABINOVICH, E. P.; SILVA, C. N. Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. **Psicol. USP**,

São Paulo, v. 19, n. 2, p. 181-197, June, 2008.

MASSENA, F. S. **Condições de sustentabilidade ambiental de comunidades rurais em área de proteção ambiental:** o caso do Retiro e da Tibina, Ilhéus, Bahia: UESC, 2015. 171 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2015.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEVES, C. D. **Diferenciação do Self:** diferenças entre pais e filhos adolescentes e relação com o ambiente familiar. Dissertação (mestrado) – Universidade de Lisboa. Mestrado Integrado em Psicologia, 2011.

PAPALIA, D.E. **Desenvolvimento humano/** Diane E. Papalia, Sally Wendkos Olds, Ruth Duskin Feldman; tradução: Carla Vercesi. 10ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

SANTOS, M. J.; SILVA, B. B.; OLIVEIRA, E. M. Analogia entre desmatamento e êxodo rural no nordeste do Brasil. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2009.

SCARPARO, H. B. K; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária. **Psicologia Social**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 100-108, 2007.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos**. Porto Alegre: FEE, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

SILVESTRO, M. L. et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri, 2001.

SPINELLI JUNIOR, V. Bauman e a impossibilidade da comunidade. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais – CAOS**. n. 11., p. 01-13., Out. 2006. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n11/01.pdf>>. Acesso: 09 de mar. 2018.

STEINBERG, L.; MORRIS, A. S. Adolescent development. **Annual Review of Psychology**. n. 52, p. 83-110, 2001.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: UFSC, 346 p., 2006.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cad. de Pesq. Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 15, n. 106, p. 179-201, jan./jun., 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos Agricultores no sul do Brasil. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.

V&S Consultores S/A. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada.** Diagnóstico Ambiental. V. 1. Ilhéus, Bahia, 1996.

WAGNER et al. A comunicação em famílias com filhos adolescentes.

**Psicologia em Estudo**, n. 7, v. 1, p. 75-80, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2005.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, n.1, dez, 2013.

WELTI, C. **Programa latino americano de actividades em población**. Santiago-Chile: CELADE, 1997.